

Poder Popular



ARGENTINA - 78

apoiar a luta do povo argentino contra a ditadura militar fascista

Comitê de Solidariedade do movimento latino-americano de luta contra a ditadura militar

CALPAL

COMICIO DIA 15 DE JUNHO

21.00 HORAS

Pavilhão do Clube Adet, Campo de Ourique (CACD)

10 DE JUNHO: PSP apoia a manifestação fascista UM MORTO E CINCO FERIDOS!

O dia 10 de Junho ficou assinalado, este ano, por acontecimentos que, pela sua gravidade, devem merecer o repúdio do povo português, dos antifascistas e democratas.

O Governo ao tolerar a manifestação fascista do Porto e Lisboa e a polícia ao atacar as manifestações de repúdio às provocações fascistas assumem a pesada responsabilidade de justificarem perante o povo português o assassinato dum jovem antifascista.

O MES condena veementemente a actuação da polícia naquelas manifestações assim como a acção contra a sede da UDP e a agressão a dirigentes desta organização antifascista no dia 12 de Junho.

O MES exige a rápida divulgação pública do inquérito rigoroso de que tais acontecimentos não deixarão de ser alvo e manifesta a sua solidariedade aos familiares da vítima, aos feridos e à UDP.

O MES considera que às provocações fascistas, tais como as do dia 10 de Junho se responde com acções de massa e, por isso, apela à participação na manifestação convocada para o dia 22 de Junho, de repúdio pela autorização do regresso impune de Tomás.

Lisboa, 12 de Junho de 1978

O Secretariado do CC



dia 22: manifestação CONTRA O REGRESSO DE TOMÁS

Na sequência do amplo movimento popular de repúdio contra a decisão do Presidente da República de autorizar a entrada em Portugal do último Presidente do regime fas-

cista, foi constituída uma Comissão Nacional contra o regresso de Américo Tomás.

A Comissão Nacional certa de interpretar a vontade de todos os democratas e antifascistas e para dar uma amplitude nacional ao movimento em curso vai levar à prática uma jornada de luta com as seguintes realizações:

dia 21... entrega na Presidência da República do abaixo assinado exigindo a revogação da decisão tomada pelo Presidente da República por uma comissão de destacados democratas e antifascistas.

dia 22... uma manifestação em direcção a Belém para demonstrar o repúdio por tal medida e a decisão dos trabalhadores em não permitirem a entrada daquele que foi o último presidente do regime fascista.

Conforme foi recentemente tornado público em conferência de imprensa aderiram desde o início a esta iniciativa algumas dezenas de destacados antifascistas e democratas entre os quais: Acácio Barnadas, Acácio Barreiros, Adelino Cardoso, Adelino Gomes, Alcina Bastos, Andrade e Silva, Armando Norte, Batista Bastos, Beca Múrias,

Braz Pinto, Carlos Benigno da Cruz, Carlos Botelho, Carlos Cáceres Monteiro, Catarina Pestana, Cruz Ferreira, Eduardo Graça, Emídio Serrano, Fernando Lopes Graça, Gualter Basílio, Graciano Oliveira, Humberta Delgado, João Benard da Costa, João Paulo Oliveira, Joel Hasse Ferreira, José Flecha Rodrigues, José Rafael Botelho, José Rodrigues da Silva, Lima das Neves, Lopes Cardoso, Luís Moita, Luís Strau Monteiro, Manuel Lopes, Margarida Vieira, Maria Lamas, Maria Velho da Costa, Mariana Charrua, Marieta Silveira, Mário Bruxelas, Mário Dionísio, Mário Murteira, Myrian Halpen Pereira, Nuno Teotónio Pereira,

Orlando Carvalho, Paulo Borges, Paulo Quintela, Piteira Santos, Ramon La Feria, Rui Namorado, Rosa Rainho, Rui Canário, Ruy Luis Gomes, Urbano Tavares Rodrigues, Vital Rodrigues, Vítor Wengorovius, César Oliveira e António Rosas.

Este movimento deve continuar a ampliar-se a todos os sectores democratas e antifascistas no sentido de ser criada uma cada vez maior frente de luta contra este atentado ao 25 de Abril. Neste sentido foi lançado um apelo a todos democratas e antifascistas que assinem e promovam a recolha de assinaturas dos abaixo-assinados que esta comissão põs a circular.



condenação formal da PIDE e do fascismo NAS MÃOS DO POVO A EXECUÇÃO DA SENTENÇA

VER PAG. 8

MESA REDONDA COM DIRIGENTES OPERÁRIOS DO DISTRITO DE AVEIRO A SITUAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

nas centrais

MOVIMENTO SINDICAL

BALANÇO E PERSPECTIVAS

nas centrais

TOMÁS NÃO É UM INOCENTE !!





UM PC QUE APOIA UMA JUNTA FASCISTA...

A realização na Argentina do Campeonato do Mundo de Futebol tem sido pretexto para um grande movimento de repúdio em relação ao regime ditatorial ali vigente. De todos os sectores "democráticos" chovem os protestos. Até o PS faz a sua campanhazinha...

De modo que se tomam pelo menos espantosas as declarações de Robert Vallarino alto dirigente do PC argentino (em entrevista ao "Nouvel Observateur" reproduzida em "O Jornal") segundo o qual o seu partido dá um "apoio crítico" à Junta Militar! E acrescenta que se trata de um "erro aventureirista clássico" (!) confundir o regime argentino com fascismo.

Mais: que os elementos progressistas do Exército, entre os quais cita Videla (!), hegemonomizam a actual Junta Militar. E lembra as recentes "conquistas" do povo argentino das quais, aliás, só vem a citar uma: o estabelecimento de relações comerciais com a União Soviética.

Perguntamos: Partido Comunista ou agência comercial?

...E UM POVO QUE RESISTE!

Mas não é de oportunistas que se alimenta a resistência argentina. E os verdadeiros antifascistas não estão parados. Na passada terça-feira, imediatamente antes da transmissão do jogo Argentina-França, os "Montoneros" interromperam a emissão de televisão de Mar del Plata e transmitiram um programa de 13 minutos em que denunciaram violentamente o regime argentino.

Foi um banho de realidade, a acordar os milhares de jornalistas e desportistas da mistificada imagem do país que Videla e seus propagandistas tentam dar-lhes.

A PSP ACTUA NAS ANTAS

No passado domingo, com a vitória sobre o Braga, o Futebol Clube do Porto venceu o campeonato nacional. E assim o S. João chegou mais cedo...

Longo ali, como é da praxe, os adeptos futebolísticos do Porto quiseram festejar. Porém, ao pretenderem "invadir" o campo foram impedidos de o fazer pelos elementos da PSP ali presentes. Gerou-se "sururu" e a certa altura "voaram" algumas garrafas das bancadas para o campo.

Nesta altura os "pilares" da democracia" (no dizer do ministro do interior) ali em serviço reagiram de maneira assaz curiosa: como nisto de ordem ou há moralidade ou comem todos, desataram a apanhar as garrafas e a atirá-las para as bancadas, alvejando indiscriminadamente os espectadores que ainda ali se encontravam.

Espectáculo triste e imprevisível, dentro do espectáculo futebolístico. Os artistas, esses, já na véspera tinham sido protagonistas de outra acção ainda mais triste ao protegerem fascistas e agredirem elementos de esquerda.



o CDS e o poder

"O Poder é um meio do CDS pôr em prática o seu projecto" afirmou abertamente Amaro da Costa ao fechar o 1º Encontro de Quadros centristas da Informação e propaganda.

Como já afirmámos várias vezes, o facto do CDS se encontrar atrelado a um compromisso governamental com o reformismo social-democrata não faz dele um inimigo "menor" dos trabalhadores e das conquistas do 25 de Abril. Pelo contrário — o CDS de fachada democratizante é hoje um inimigo mais forte, porque no poder! Assim vai lentamente pondo "em prática o seu projecto" político de democracia burguesa ultra-autoritária, fascizante, de ataque permanente e variado às conquistas e organizações do movimento operário e popular.

A confirmá-lo aí esteve o reconhecimento internacionalmente prestado pelas forças máximas da direita europeia expresso na condecoração pelos bons serviços prestados ao capitalismo e ao imperialismo de que foi alvo Freitas do Amaral ao ser eleito como um dos vice-presidentes da União Europeia das Democracias Cristãs.

A demonstrá-lo ao nível nacional, aí estiveram as atribuições dos importantes cargos de Governador Civil da Guarda e Biagança a Leitão Paulo e Manuel Junheiro, destacados elementos centristas das respectivas regiões.



Facto inédito na atribulada evolução do nosso processo revolucionário desde o 25 de Abril, ele demonstra bem a natureza da actual táctica do CDS — a ocupação de importantes lugares no aparelho de Estado, aos mais diversos níveis, preparando-se em força para os combates eleitorais de 1980.

Para tal não deixam de contar com as cedências do PS e as imposições do imperialismo internacional.

novas cedências

Na passada semana o Conselho de Ministros da CEE aprovou a abertura de negociações sobre a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Depois das exigências do imperialismo americano, através do FMI, aí estão as dos seus parceiros capitalistas

da Europa. Tal como dizia Martins Pereira ao último 'PP' — "a economia portuguesa deixou por completo de ser gerida e orientada pelos portugueses".

Aquilo que o PS e CDS em uníssono identificaram como êxito assinalável da diplomacia portuguesa não passa da

preparação de mais um conjunto de exigências vergonhosas para o nosso país. O próprio Relatório da CEE não deixa margem para dúvidas ao exigir "condições sobre o processo de adesão" já que "as opções económicas de reestruturação e de retoma da expansão são, de facto, ditadas e condicionadas pela reintegração europeia. Ditadas porque a diferença de desenvolvimento... implica para Portugal um ritmo de crescimento superior aos dos "nove"; condicionadas porque a reestruturação económica tem de ser inserida na coerência da comunidade alargada".

Enfim... toda a lógica do nosso desenvolvimento económico e, logo, político que já

está condicionado pelo grande empréstimo do FMI ficará agora subordinada à nossa integração no bloco capitalista europeu, apresentada demagogicamente como a única alternativa viável.

Depois do socialismo é a independência nacional que é mandada para as "calendas"...

Do ponto de vista do movimento popular tal exige o redobrar da unidade e luta, nomeadamente em tomo da central sindical, defendendo as conquistas alcançadas e impondo uma forte barreira de classe às tentativas que não deixarão de ser feitas para aumentar os níveis de exploração e diminuir as condições de vida dos trabalhadores portugueses.

ALMADA CONCENTRAÇÃO

CONTRA A VINDA DE TOMÁS

Realizou-se no dia 10 de Junho, no largo do Tribunal em Almada, uma concentração popular, promovida pela Comissão Unitária Antifascista do Concelho, contra o regresso do presidente do Fascismo, Tomás.

Almada, concelho de grandes tradições antifascistas, onde nasceram e lutaram grandes democratas e antifascistas, soube dar resposta no dia 10, às concentrações de provocadores neo-nazis, e ao silêncio dos conciliadores!

As intervenções desenvolveram-se em ambiente de luta e grande espírito de unidade, em tomo de palavras de ordem "Não ao regresso de Tomás", "Fascismo nunca mais", "O 25 de Abril está vivo" e "Contra a reacção unidade na Acção", tendo sido enviada uma saudação ao Tribunal Cívico Humberto Delgado, àquela hora reunido.

Pelos presentes foi aprovada por aclamação uma moção, a enviar à Presidência da República, Conselho da Revolução e Assembleia da República, e em que considerando-se os sentimentos antifascistas e anti-imperialistas do nosso Povo, se exige a imediata anulação da decisão anticonstitucional do PR, e a punição exemplar do Fascismo que o povo banuiu de Portugal.

O Comité local de Almada do nosso partido, enviou uma saudação, saudando todos os trabalhadores democratas e antifascistas presentes na concentração, afirmando-se a presença dos mortos do Tarrafal e da Guerra Colonial, cuja memória não permitirá que o fascismo volte a pôr as suas garras em Portugal.

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

Já estamos a meio da Campanha Nacional de Fundos que iniciámos no passado dia 4 e que em princípio, terminará no próximo dia 18 de Junho.

Apesar dos resultados finais só virem a ser conhecidos mais tarde, podemos afirmar que o Partido se mobilizou, de norte a sul, para a levar à prática. Mas há que ganhar maior dinamismo, mais energia, aumentar a combatividade e a iniciativa!

FAZER DO "PODER POPULAR" UMA ARMA MAIS FORTE PARA A LUTA foi o lema desta jornada política e organizativa. Porquê esta palavra-de-ordem? O seu significado não parece deixar margem para dúvidas. Já afirmámos: a imprensa revolucionária sofre hoje um cerco apertado. As notícias e posições do nosso partido são hoje objecto de silenciamento ou de menosprezo aos jornais de grande envergadura que se encontram sob controle das forças burguesas e reformistas. Os encargos económicos para a produção do nosso jornal aumentam de dia para dia.

Tudo isto é mais ou menos conhecido dos camaradas leitores. Mas falemos ainda mais claro:

— Quase todos, senão todos, os jornais partidários são largamente deficitários.

— Hoje o "Poder Popular" deve ser um dos poucos, senão o único, jornal partidário com publicação regular que não conta com subsídios exteriores mas sim com as suas próprias forças.

— Mesmo outros órgãos de esquerda, não abertamente partidários, como o "gazeta da semana" ou o "25 de Abril do Povo" não resistiram, o "Página Um" e o "Extra", que anunciavam timangas da ordem das várias dezenas de milhar viram-se obrigados a interromper a sua publicação (pelo menos) até Setembro.

— Apesar dos aumentos generalizados, o PP continua a sair a 5\$00.

Não é uma tarefa fácil esta a que nos propomos de transformar o "PP" num órgão simultaneamente de massas e de Partido. Não escondemos a verdade: para que isso se concretize é absolutamente necessário que a campanha seja um êxito!

Temos de alcançar dois grandes objectivos imediatos:

— Em primeiro lugar, garantir a continuação da publicação regular do "PP" a partir de Setembro. Até ao Verão serão

ainda publicados dois números, interrompendo a publicação em Agosto, para, na primeira quinzena de Setembro, entrarmos com toda a força!

— Em segundo lugar, melhorar significativamente a qualidade do "PP". Por isso temos de ultrapassar as nossas duas maiores limitações actuais: a falta de camaradas permanentes na equipe redactorial e o escasso número de páginas de que dispomos.

Estes são objectivos perfeitamente concretizáveis. Apesar das dificuldades não hesitamos em afirmar que o "Poder Popular" se vai reforçar.

A nossa determinação e confiança em melhorar o "Poder Popular" assenta na convicção de que os militantes, filiados e amigos do Partido responderão de forma pronta e efectiva às necessidades do jornal, em particular, através do seu contributo para a campanha de fundos.

AO TRABALHO,

COMPANHEIROS

EDITORIAL

O SIGNIFICADO DO "REFORÇO DO ESTADO DEMOCRÁTICO"

Perante a actuação do corpo de intervenção da PSP por ocasião das manifestações fascistas de 10 de Junho, perante o assassinato de um jovem militante anti-fascista, cabe perguntar se é esta a "dissuasão democrática" de que falava o ministro Jaime Gama em recente discurso de elogio à polícia. Na verdade, a nota do MAI relativa aos graves incidentes de 10 de Junho é, na sua ambiguidade irresponsável, um lavar de mãos perante uma opinião pública indignada ou, pelo menos, inquieta. Nada esclarece, nem esse é, aliás, o seu propósito. E o curioso é que tenham sido dadas ordens (quem deu?) para que a polícia limpasse as ruas de cartazes denunciando a actuação do seu corpo de intervenção e detivesse quem distribuía folhetos com o mesmo objectivo. A quem interessa que se não conheçam os excessos da "dissuasão democrática"?

Em casos desta e de outras naturezas, vamos assim habituando-nos a que o governo cada vez esclareça menos e cada vez liberte menos informação pública sobre as questões que interessam e que inquietam o país. Das declarações rituais

dos porta-vozes governamentais ao silêncio habitual dos ministérios sobre questões nacionalmente controversas (recorde-se o decorrer das negociações com o FMI), vai-se alicerçando uma política de informação pública que visa retirar aos cidadãos a capacidade de, em cada momento, tomar posições informadas e definidas.



Sabemos também como os órgãos de comunicação mais importantes (rádio, televisão) estão, de há muito, submetidos a um controle estreito de modo a fornecer uma informação seleccionada e a omitir o fundo das questões. O projecto de Bases Gerais da Política de Informação, ultimamente apresentado pelo governo, aponta para um maior controle dos órgãos estatizados, e mesmo para formas de censura, por parte do estado e dos partidos que entre si repartem a sua direcção. E os trabalhadores do sector da Informação chamaram já a atenção para perigosas ambiguidades do projecto, em pontos importantes como, por exemplo, a actividade e atribuições da ANOP - que poderá vir a servir uma política de ainda maior centralização e selecção de informações em bases totalmente não democráticas.

Assiste-se, de resto, a uma tendência generalizada para a negação de informações necessárias ao exercício de direitos constitucionais, e isto a todos os níveis da vida social e política. Basta ver o que se passa nas empresas, privadas como públicas, onde os obstáculos à prática do controle de gestão se vão tomando um elemento central da acção dos novos velhos gestores.

O "reforço do estado democrático", de que os parceiros da coligação governamental muito têm falado, vai pois implicar uma centralização maior da informação nas mãos do mesmo estado. E é desta centralização que se trata, quando se prometem avanços na criação de serviços especiais de "pesquisa e informação", como o fez Soares no seu mais recente discurso parlamentar. Serviços que aliás se encontram em fase adiantada de concepção (o famoso SIR) e dos quais sabemos, pelo menos, que desenvolverão "actividades encobertas ou que, quando executadas, passam vir a ser negadas", conforme palavras do actual Chefe do Estado Maior do Exército divulgadas em número recente de uma revista militar.

As necessidades do exercício popular da democracia nada têm a ver com as condições que o estado burguês formalmente concede para tal fim. Do reforço deste estado, mesmo que em nome da democracia, nada há a esperar, de democrático. Uma informação oficial à medida do reforço deste estado não pode, assim, ser mais que uma informação censurada.

Ao movimento popular e democrático resta tomar em suas mãos tarefas essenciais de esclarecimento e tomada de posição, que oficialmente cada vez menos são garantidas. É este o caminho para que apontam iniciativas como a do Tribunal Humberto Delgado, que sabe, numa base muito ampla, vencer o silêncio oficial e suscitar um largo movimento de opinião democrática. Renovar este exemplo, abrir novas frentes de informação e opinião democrática é uma tarefa central a cumprir desde já.

LUTA ESTUDANTIL

Eleições em Económicas, Letras e Técnico

Estão a decorrer as eleições para as direcções de AAEE das três escolas mais importantes de Lisboa: ISE, Técnico e Letras.

Uma característica comum: a divisão da esquerda.

Nos casos do Técnico e Letras não se conseguiu estabelecer uma unidade suficientemente forte e ampla, capaz de derrotar, à partida, as forças fascistas e social-democratas.

No Técnico existem três listas do campo da esquerda: MES, UDP e UEC, após a UEC e a UDP terem recusado uma lista única de esquerda que foi proposta pelo nosso Partido.

Na Faculdade de Letras existem duas listas: UEC e MES/LCI/UEDS/UDP e independentes. Aqui foram os reformistas que recusaram estabelecer uma aliança com forças que se colocam à sua esquerda. Não fosse a célula da UEC de Letras sofrer uma censura dos dirigentes da UEC por ter estabelecido uma aliança com os "esquerdistas", como o fez por exemplo a sua célula de agronomia.

No caso do ISE a UJCR ou a UDP (nunca se sabe de quem se trata...) faz uma revelação clara da sua política: preferem a aliança com os grupos Trotskistas ultra-minoritários, dividem o único bloco capaz de derrotar quer a direita quer o reformismo.

Devido a esta política de isolamento dos revolucionários a UJCR/UDP coloca a UEC como a força mais bem colocada para vencer as eleições, fazendo claramente o seu jogo.

Quem diria que o eleitoralismo viria desfazer as tricas entre Estaline e Trotsky?

No próximo número do Poder Popular incluiremos uma análise sobre os resultados eleitorais nestas três escolas assim como a nova situação ao nível da Academia.

MES Notícias do MES Notícias do MES Notícias do MES

DIA 17 - COMICIO DO MES EM PERNES

Integrado no trabalho de afirmação partidária que vem sendo levado a cabo no Ribatejo, o Comité Local de Pernes promove no próximo sábado, pelas 21 horas, um comício partidário onde, para além da análise da actual situação política e das tarefas que o MES aponta para o movimento popular, será debatida a questão ecológica tendo em especial atenção que Pernes é uma das regiões que mais sofre com a poluição do Alviela.

Estão presentes, para além de camaradas do respectivo Comité local, o camarada Nuno Teotónio Pereira do CC, Rogério de Jesus e ainda um camarada do Comité local das Caldas que tem estado empenhado na campanha de denúncia da nuclear de Ferrel.

SAIU O "UNIR" Nº 8 - DIA 17 CONVIVIO PARTIDÁRIO

Mais um número do jornal do Comité Local das Caldas da Rainha - "UNIR" - que é posto à distribuição nos locais de trabalho da região. Neste nº 8 podem-se ler pequenos ar-

tigos sobre o movimento sindical, as lutas de empresa e estudantil, um texto sobre a luta do povo Saharaui e o anúncio dum jornada de convívio partidário especialmente avivada com uma sardinhada a realizar em "ótimo local, agradável e ecológico", integrado na dinamização da campanha de fundos.

SAIU O "LUTA CONTINUA" Nº 19

Saiu igualmente o nº 19 da folha do MES para o Alto Alentejo. Neste número além do Editorial, do balanço das comemorações do 4º aniversário do Comité Local de Portalegre e do Congresso dos Têxteis, denuncia-se o roubo de gado em Alter do Chão, a falta de condições de vida em Cabeçudos e a situação da Reforma Agrária na Região.

C.L. SANTARÉM - "NÃO À TRANSLADAÇÃO DO TOMÁS"

O C.L. de Santarém distribuiu um comunicado partidário sobre a vinda de Tomás onde se afirma nomeadamente:

NÃO À TRANSLADAÇÃO DO TOMÁS

O problema do regresso do Tomás não é do regresso em si mesmo, é a afronta que isso constitui, é a confusão que se pretende com isso fazer, é o passar com uma esponja sobre os crimes do fascismo, apresentando os grandes culpados como inocentes. Mas o povo português sabe discernir o que é justo do que é injusto, o que está mal do que está bem e não vai permitir que lhe lancem poeira nos olhos.

Significa isto que o 25 de Abril não existiu, nem derrubou um regime odioso? Significa que o Tomás era um pobre homem, cujas responsabilidades eram só as de fazer discursos para a gente se ir?

Não, o Tomás era um mediocre sim, mas nem por isso deixou de ser um instrumento das forças que oprimiam o povo, não deixou de ser um laçao dos imperialistas.

Agora que os inimigos do povo conseguiram recuperar posições e força esperam que a força dos trabalhadores esteja suficientemente enfraquecida para levar a efeito esta autêntica humilhação. Mas apesar de todas as ma-

nobras, de toda a recuperação dos capitalistas, de todas as campanhas dos reaccionários que servindo-se da liberdade que o povo conquistou, se servem dessa mesma liberdade para constantes provocações e para denegarem o 25 de Abril, apesar disso o povo terá força suficiente para impedir o regresso do Tomás.

ENCONTRO SOBRE A QUESTÃO DA MULHER EM PORTALEGRE

Dando cumprimento ao seu plano de trabalho, o Secretariado da Comissão Nacional para a Questão da Mulher (NCQM) levou a cabo este fim-de-semana, em Portalegre, um encontro de formação sobre a condição feminina.

Contando com a presença de camaradas de Ponte de Sôr, Castelo Branco e Santo António, além de Portalegre, no encontro foram igualmente discutidos problemas referentes não só à nossa acção partidária nesta frente de trabalho como também ao debate ideológico interno, que a deve acompanhar.

Está também programado a realização de um encontro de formação no Norte do País, abrangendo as regiões da Beira Litoral, Porto e Viana do Castelo.

Poder Popular

Jornal Quinzenal
... Sai às 5.ª feiras
Propriedade
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I 132, Lisboa
Telefone 96 26 29
Impressão
Renascença Gráfica SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

SITUAÇÃO ACTUAL DO

MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL

MESA-REDONDA

A situação política que vivemos e que o MÊS vem caracterizando de democracia burguesa limitada, não é uma situação fácil para os trabalhadores e os revolucionários. Pelo contrário: ao reforço do autoritarismo burguês em todos os aspectos da sociedade tem o movimento popular respondido de uma forma ténue, localizada e parcelizada, quase sempre incapaz de unir a luta económica à luta política. Ficar "embasbacado" com as centenas de milhares de pessoas no 1º de Maio e 25 de Abril e iludir as dificuldades reais que se colocam à construção da Resistência Popular Activa ou esquecer o desânimo em que se encontram largos sectores de trabalhadores, seria um grave erro de triunfalismo político.

"Poder Popular" decidiu iniciar um conjunto de mesas redondas sobre a situação operária nas diversas regiões do país,

PP-O nosso Partido tem caracterizado a actual situação em Portugal como uma situação de resistência do movimento popular. A burguesia está ao ataque, procurando destruir as conquistas de Abril e fazer pagar a crise aos trabalhadores. Como se reflecte esta situação nas vossas fábricas? Quais os problemas principais que a actual situação levanta?

Sindical Unitário. E, então, pensam: que Socialismo é este? Foi para isto o 25 de Abril? Sentem que estamos a ficar pior. Sentem que as forças revolucionárias pouca força têm, e começam-se a desacreditar.

PP-Mas, então, a aprovação pelo Governo do Cadeimo Reivindicativo (CR) não veio dar mais ânimo aos trabalhadores? Eles não sentiram isto como uma vitória?

ZÉ MANUEL: A maior parte dos trabalhadores não sentiu muito isto, porque a questão do salário mínimo, da reforma, etc. são medidas que não os atingiram. O salário deles é o mesmo. As condições de trabalho são as mesmas. E, por outro lado, quanto à redução da vigência dos contratos para 12 meses, os trabalhadores não sabem se isso é aplicável aos CCT's agora em vigor, ou só aos futuros.

É preciso dizer, no entanto, que a aprovação do CR teve algum acolhimento, nos sectores por ele atingidos. Só que, com a mesma mão com que aceitou essas medidas, o Governo PS/CDS faz, logo, aumentos de 20, 30 e 40%, e que atingem todos os trabalhadores.

BETA (Amoniac): No Amoniac, essas medidas (por ex., aumentos dos salários) não foram sentidas também. Aliás, a maior parte dos trabalhadores ganham, já, salários mais elevados do que na maior parte das outras empresas. Isto juntamente com o facto de a maior parte dos trabalhadores serem também, pequenos agricultores, fono do trabalho, ajuda a compreender a situação lá na fábrica: um certo desinteresse e afastamento dos problemas.

SILVA (Nestlé): Na sua maioria, os trabalhadores da Nestlé têm os afazeres das terras. Manuel (Amoniac): Uma das razões porque os trabalhadores não sentem estas coisas é,

também, devido à fraca organização sindical, pelo menos na minha fábrica. É patente o descontentamento face ao aumento do custo de vida e face aos aumentos propostos pela empresa, para os quadros. Entretanto os trabalhadores não são aumentados, há já vários anos. Mas, esperam e aceitam, sem mais, tudo o que lhes venha.

Este peso grande do semi-proletariado, ligado à fraca informação sindical e aos salários praticados, explica um pouco a fraca consciência de classe dos trabalhadores.



VIRGILIO (Sapateiros): Esta questão do descontentamento é importante. Dizem os trabalhadores: "Então há aumentos para uns e não há para outros?" As pessoas desanimam do Sindicato. Vão para casa e não querem saber de mais nada. "Antes do 25 de Abril, isto estava melhor", é o que dizem. "Agora, uma pessoa vem a pé, como uma sandes ao almoço ou qualquer coisa de casa, e o dinheiro não chega ao fim do mês". Os trabalhadores não percebem porque é que isto acontece. Muitas vezes não ligam a política do Governo às manobras do imperialismo, ao boicote dos patrões, às tentativas de divisão do movimento sindical. Explicam-se, mas os trabalhadores, às vezes não percebem. Ficam calados e não se mexem.

TRABALHADORES DE AVEIRO FALAM AO 'PODER POPULAR'

através dum debate franco e aberto, fora dos habituais charões políticos, entre camaradas dirigentes de fábrica e empresa. Colocar a nu essa situação é o primeiro passo para uma correcta resposta popular à ofensiva burguesa.

Reunem-se na mesa redonda deste nº sete camaradas da região de Aveiro: Cabral (operário metalúrgico e delegado sindical da Molaflex); Moreira (operário metalúrgico e delegado sindical da Oliva); Virgílio (operário sapateiro e membro da respectiva Direcção Sindical); José Manuel (trabalhador de escritório, delegado sindical da Alçada e C, membro da CT e delegado Sindical dos Lanifícios do Norte do IIº Congresso Têxtil); Silva (operário metalúrgico e delegado sindical da Nestlé; Manuel (químico da Quimigal-Amoniac) e Elisabete (escritórias da Quimigal). Oijamos o seu debate:

PP-Como ultrapassar a situação que vocês descreveram? Por exemplo: Apesar, do que disseste, Virgílio, parece que no Sindicato dos Sapateiros se nota uma maior animação, mais unidade dos trabalhadores e um maior interesse na defesa dos seus interesses. Como explicas isto?

VIRGILIO: Bem, há 2 razões de facto. A primeira, é que, apesar de tudo os trabalhadores é que sentem na carne a ex-

Delegados Sindicais (D.S.). É a saída do jornal do nosso Sindicato, aberto a todos, que foi muito bem aceite e onde os nossos problemas são discutidos de uma maneira clara e prática e não demagógica. No fundo, é a questão da confiança nesta direcção que os trabalhadores têm demonstrado e o apoio à nossa linha de trabalho. Acredito que, se continuarmos a nossa linha de trabalho e fomos capazes de melhorar e corrigir as nossas falhas e erros, os trabalhadores aparecerão mais e mais no Sindicato e mobilizar-se-ão para a defesa dos seus interesses.

PP-Um aspecto importante da política dos patrões e do Governo tem sido a repressão e limitação das liberdades sindicais e os aumentos dos quadros e chefia, como forma de dividir mais os trabalhadores e imprimir ritmos de trabalho mais duros. Que vos parece?

MOREIRA: À medida que a direita vai ganhando terreno, a repressão faz-se sentir a todos os níveis, principalmente nas

MOREIRA: Isto da RHODE já representa, porém, uma certa repressão mais sofisticada mais legal. Já não é a repressão bruta de antigamente.

CABRAL: É evidente! Nas médias e grandes empresas assiste-se a uma repressão mais sofisticada, através da própria legalidade que o Governo do Soares pôs cá para fora, através das medidas anti-operárias. É a invocação da lei para tudo que convém aos patrões.

PP-Comemorámos, há pouco, o 1º de Maio. Quais vos parece serem as lições a tirarmos desta realização?

MANUEL: O aspecto positivo que se reflecte do 1º de Maio é o facto de os trabalhadores dizerem não às manobras divisionistas do movimento sindical. A mobilização dos trabalhadores para as comemorações da CGTP provou isto, saindo a Inter reforçada no seu apoio popular. Vão mostrar que isto está mal, mas que também não querem o regresso ao passado. Há, assim, capacidade para uma grande força de resistência às tentativas de recuperação. Os trabalhadores sentem que, sem os Sindicatos, isto não anda para a frente. Há, pois, uma transferência das energias

PP-Queres tu dizer que domina, ainda, no Movimento Sindical uma concepção burocrática e controlerista, em vez de uma ampla mobilização dos trabalhadores?

MOREIRA: É isso! A continuarmos a actuar como até aqui, os sindicatos arriscam-se, daqui a pouco, a nem terem de-

legados ou estrutura sindical nas empresas. Há todo um trabalho em profundidade a fazer e assente na ampla mobilização de todos os trabalhadores. Há que lutar contra as concepções que querem fazer do movimento sindical massa de manobra apenas para as negociações nos gabinetes.

VIRGILIO: quanto à questão que puseste, no meu sector esse problema é grave.

Na RHODE da Vila da Feira, de capital luso-alemão, sempre que havia novos delegados sindicais, o patrão promovia-os. Mas já aí houve delegados sindicais, trabalhadores conscientes, que não foram nisto e marcaram um plenário para eleger a Comissão Sindical. O patrão não autorizou o plenário dentro da fábrica, indo contra a lei, e ele foi feito cá fora. O patrão instaurou processos disciplinares aos 27 trabalhadores que estavam no plenário e mandou nota de culpa para despedimento aos delegados sindicais. Conseguiu-se, com a força dos trabalhadores, que isso fosse anulado. Mas isto é uma grande empresa. E nas outras mais pequenas, que dominam nos Sapateiros? Aí a repressão é muito maior!

MANUEL: Põe-se aqui a questão da alternativa dos revolucionários, face à política que domina nos Sindicatos. A alternativa é estar dentro da CGTP, mas lutando para que as coisas se transformem, apesar da limitação, que é um facto real - de o PC englobar e influenciar muitos trabalhadores. Para responder a isso é preciso fazer duas coisas: por um lado temos de reforçar a Corrente Sindical Revolucionária por outro temos de ir fazendo um grande trabalho de esclarecimento. Não se pense que seja fácil - é que não existindo um partido revolucionário, e estando a esquerda revolucionária dividida, muitos trabalhadores continuam a virar-se para a influência do PCP. Só um trabalho lento e bem feito pode ir virando esta situação.

ZÉ MANUEL: É a partir das questões económicas que é hoje possível mobilizar os trabalhadores em torno do aumento do custo de vida. Será pois fundamentalmente através dos Contratos, que se poderá orientar essa luta. Toma-se aqui importante o papel dos sindicatos e é determinante que estes tenham permanentemente a capacidade de ligar a luta económica à luta política.

É nos CCT's que devemos pois privilegiar o nosso empenhamento, pois será fundamentalmente através deles que se poderá travar o agravamento das condições económicas dos trabalhadores e lutar contra as portarias. A nossa alternativa é estar bem dentro dos processos de negociação dos CCT's e fazer com que estes partam das fábricas e não dos gabinetes. A partir daqui, tomar-se-á cada vez mais claro aos trabalhadores a impossibilidade de resolver os seus problemas dentro desta situação política. VIRGILIO: Ainda quanto ao 1º

de Maio, tentou-se fazer dele uma grande jornada de luta. Na Comissão Organizadora de Aveiro foram propostas e aceites adendas às palavras de ordem da CGTP ("Contra o imperialismo, liberdade, democracia e Independência Nacional" e "Contra o Pacto Social Unidade Sindical"). No entanto, em S. João da Madeira, elementos do PCP dos metalúrgicos riscaram essas palavras de ordem das targetas e não as lançaram na manifestação. Agora dizem à boca cheia que os "esquerdistas sectários do sindicato dos sapateiros" tentaram boicotar o 1º de Maio. CABRAL: Até me revoltar falar no Pacto Social, porque numa fase em que se vêm seriamente ameaçadas as conquistas dos trabalhadores, falar-se em pacto é aceitar que as poucas conquistas que ainda nos restam sejam esmagadas. Quando se metem colheres e couves no mesmo saco, são sempre as couves que são comidas - e no pacto social, os trabalhadores são as couves...

do Movimento Popular, dos Partidos para os Sindicatos.

CABRAL: Eu concordo com isto. Os trabalhadores vêm para a rua quando são tomadas iniciativas a nível nacional pela defesa dos seus interesses. O 1º de Maio continua a ser uma data querida dos trabalhadores. Simplesmente, esses anseios dos trabalhadores no 1º de Maio, não tiveram a resposta capaz dos Sindicatos. A Inter tem levado os trabalhadores a uma resistência passiva, quando nós estamos dispostos a resistir activamente contra o avanço dos patrões. Por exemplo, em S. João da Madeira, não havia qualquer palavra de ordem contra o aumento do custo de vida. Foram os revolucionários que, unindo a si outros trabalhadores, e impuseram, gritando bem alto que o povo não aguenta!

MANUEL: Põe-se aqui a questão da alternativa dos revolucionários, face à política que domina nos Sindicatos.

A alternativa é estar dentro da CGTP, mas lutando para que as coisas se transformem, apesar da limitação, que é um facto real - de o PC englobar e influenciar muitos trabalhadores.

Para responder a isso é preciso fazer duas coisas: por um lado temos de reforçar a Corrente Sindical Revolucionária por outro temos de ir fazendo um grande trabalho de esclarecimento.

ZÉ MANUEL: É a partir das questões económicas que é hoje possível mobilizar os trabalhadores em torno do aumento do custo de vida. Será pois fundamentalmente através dos Contratos, que se poderá orientar essa luta. Toma-se aqui importante o papel dos sindicatos e é determinante que estes tenham permanentemente a capacidade de ligar a luta económica à luta política.

É nos CCT's que devemos pois privilegiar o nosso empenhamento, pois será fundamentalmente através deles que se poderá travar o agravamento das condições económicas dos trabalhadores e lutar contra as portarias. A nossa alternativa é estar bem dentro dos processos de negociação dos CCT's e fazer com que estes partam das fábricas e não dos gabinetes. A partir daqui, tomar-se-á cada vez mais claro aos trabalhadores a impossibilidade de resolver os seus problemas dentro desta situação política. VIRGILIO: Ainda quanto ao 1º

de Maio, tentou-se fazer dele uma grande jornada de luta. Na Comissão Organizadora de Aveiro foram propostas e aceites adendas às palavras de ordem da CGTP ("Contra o imperialismo, liberdade, democracia e Independência Nacional" e "Contra o Pacto Social Unidade Sindical"). No entanto, em S. João da Madeira, elementos do PCP dos metalúrgicos riscaram essas palavras de ordem das targetas e não as lançaram na manifestação. Agora dizem à boca cheia que os "esquerdistas sectários do sindicato dos sapateiros" tentaram boicotar o 1º de Maio. CABRAL: Até me revoltar falar no Pacto Social, porque numa fase em que se vêm seriamente ameaçadas as conquistas dos trabalhadores, falar-se em pacto é aceitar que as poucas conquistas que ainda nos restam sejam esmagadas. Quando se metem colheres e couves no mesmo saco, são sempre as couves que são comidas - e no pacto social, os trabalhadores são as couves...

de Maio, tentou-se fazer dele uma grande jornada de luta.

Na Comissão Organizadora de Aveiro foram propostas e aceites adendas às palavras de ordem da CGTP ("Contra o imperialismo, liberdade, democracia e Independência Nacional" e "Contra o Pacto Social Unidade Sindical"). No entanto, em S. João da Madeira, elementos do PCP dos metalúrgicos riscaram essas palavras de ordem das targetas e não as lançaram na manifestação. Agora dizem à boca cheia que os "esquerdistas sectários do sindicato dos sapateiros" tentaram boicotar o 1º de Maio. CABRAL: Até me revoltar falar no Pacto Social, porque numa fase em que se vêm seriamente ameaçadas as conquistas dos trabalhadores, falar-se em pacto é aceitar que as poucas conquistas que ainda nos restam sejam esmagadas. Quando se metem colheres e couves no mesmo saco, são sempre as couves que são comidas - e no pacto social, os trabalhadores são as couves...

Movimento Sindical BALANÇO E PERSPECTIVAS

O presente artigo retoma os aspectos mais significativos dum importante informe do Departamento Sindical do Comité Central do nosso partido à sua reunião ordinária de 13 e 14 de Maio de 78.

Devido à sua extensão, será dividido por três números do "Poder Popular". Neste serão amplamente tratados os temas da "organização do Movimento Sindical, o avanço das mandrabas cionistas e os resultados das eleições sindicais mais recentes.

Uma primeira conclusão a retirar das lutas e movimentações de todo o ano de 1977 e dos primeiros meses de 1978 é a que, no campo das reivindicações económicas, os trabalhadores portugueses têm mostrado uma grande capacidade de mobilização embora num sentido de defesa de conquistas e direitos alcançados como reflexo dum situação de crescente adaptação ao regime de democracia burguesa limitada.

Por isso mesmo são hoje mais visíveis os efeitos da orientação reformista no seio do movimento sindical, orientação dominante e dirigente. A recusa sistemática da unificação das formas superiores de luta, bem como a separação da luta económica da luta política, instrumento fundamental para a submissão do Movimento Sindical aos objectivos político-partidários do reformismo revisionista, têm dado às movimentações e lutas dos trabalhadores portugueses um carácter de forte protesto contra as medidas anti-populares decretadas pelos I e II Goveiros do Dr. Soares mas de reduzida eficácia.

I. A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

A CGTP-IN encontra-se hoje consolidada como central sindical. O seu peso pode ser medido pela filiação de 207 sindicatos representando 1 milhão e 540 mil trabalhadores, isto é, respectivamente 57,5% e 74,1% do total de sindicatos e trabalhadores sindicalizados.

Em termos de importância



Foto: J. M. Silva

-IN, se incluem muitos sindicatos sem actividade ou definição face à opção CGTP-IN/cisão.

Em termos distritais a situação é, no entanto, diferente. Encontramos uma média de 70% de trabalhadores representados pelos sindicatos filiados na CGTP-IN para a zona

industrial do Norte (Aveiro, Porto e Braga) e de 80% para a zona industrial do sul (Lisboa e Setúbal), enquanto nas ilhas e no interior do centro e norte encontramos percentagens que vão desde 0 para Ponta Delgada até 23,4% para o Funchal, 35,3% para Vila Real, 41,9% para Bragança e 49,6% para Viseu: quer isto dizer que em todas estas zonas a CGTP-IN é minoritária!

Assim se pode perceber a tática definida pela CDT de privilegiar estas zonas para a formação da segunda Central Sindical. No entanto esta força da CGTP-IN é em muitos aspectos

meramente burocrática do sindicato. A grande força da CGTP-IN continua a residir na sólida implantação na classe operária, implantação que o processo de combate à "carta-aberta" reforçou (exemplo dos metalúrgicos de Aveiro) e que toma sectores como os metalúrgicos, têxteis, construção civil, rurais, electricistas, químicos nos bastiões da importância decisiva da CGTP-IN. Também aqui este reforço pode, a médio prazo e se os revolucionários não assumirem as suas responsabilidades, abrir brechas como resultado da política ultra-sectária do PCP (metalúrgicos e rurais, em especial). Do ponto de vista da reestruturação a CGTP-IN tem avançado sobretudo ao nível de cúpula, isto é, privilegiando as armaduras formais de federações (fusões da hotelaria, construção civil e madeiras, vidros com a cerâmica e os cimentos, gráficos com a celulose e papel, constituição das Federações Agrícolas do Sul, electricistas e químicos, etc.) ou sindicatos (fusões dos 3 sindicatos do sector da construção civil do Porto, dos sindicatos de curtimes e calçado, de 4 sindicatos do sector têxtil no centro, constituição do

com 207 sindicatos filiados os plenários têm a participação de 100 a 130 sindicatos em média;

as estruturas de delegados sindicais são muitíssimo deficientes;

existem dezenas de sindicatos com problemas financeiros



existente uma enorme escassez (cada vez mais notória) de quadros sindicais agravada pela desmobilização na vida sindical; a representatividade de muitos sindicatos é aparente pois existe um divórcio entre as necessidades sentidas pelos trabalhadores e a acção

TRABALHADORES EM LUTA!

Eleições nos TAP

Vão realizar-se, em breve, na TAP as eleições para a Comissão Sindical de Empresa (CSE), acto que se reveste da maior importância.

Um comunicado do Grupo de Intervenção e Acção Sindical TAP refere esta questão e chama os trabalhadores a reflectirem sobre o que tem sido a CSE e o que ela deverá ser futuramente. Assim acentua-se naquele documento que a actividade da CSE se tem desenvolvido sob o signo da negociação, da conciliação e da chantagem, levando os trabalhadores a recuar em algumas conquistas como foi o caso da aceitação do regulamento de transferências, do alargamento escandaloso do leque salarial e do retirar do ACT do complemento da reforma e de alguns feriados.

Por outro lado, a organização sindical na TAP também se ressentiu dos muitos erros cometidos pela CSE pelo que o papel de intervenção dos sindicatos foi largamente reduzido com claros prejuízos para os próprios trabalhadores.

É perante toda esta situação que os trabalhadores deverão fazer a sua opção, por uma CSE que não submeta a defesa dos seus interesses aos interesses partidários, e que contribua para a mobilização do pessoal da TAP.

Greve na construção civil

Os trabalhadores da Construção Civil vão paralisar no dia 15 de Junho, a nível nacional, tentando mais uma vez levar a entidade patronal a concluir as negociações do contrato colectivo vertical, processo que se arrasta desde Maio de 1975.

A actual greve surge como resposta dos trabalhadores a mais uma provocação das associações patronais que, em recente reunião no Ministério do Trabalho, apresentaram como contraposta salarial, uma tabela já em vigor e que, em alguns casos, se mantem mesmo desde antes do 25 de Abril de 74.

Recorda-se que os quase 220 mil trabalhadores abrangidos pelo contrato da construção civil já recorreram a formas radicais de luta para obterem aumentos salariais — como aconteceu em Novembro de 75, junto a S. Bento — mas que, posteriormente, vieram a ser desmobilizados não só pelo agravamento da situação política, mas também pelas atitudes conciliatórias manifestadas pela Comissão Negociadora Sindical. Apesar de ter sido ela própria a decretar agora a greve, situações houve em que foi a C.S.N. que fomentou o desinteresse e a desmobilização dos trabalhadores mantendo-os na ignorância do pouco ou nada que se ia avançando e permitindo que graves atentados aos direitos e conquistas dos operários da construção civil fossem passando em claro, sem a devida resposta dos trabalhadores.

Petrogal em luta

Os trabalhadores da Petrogal encontram-se em luta contra a acção repressiva do Concelho de Gerência, que se vem avolumando desde há alguns meses e se traduziu mais recentemente no despedimento de um quadro técnico da Fábrica de Lubrificantes da Refinaria do Porto, e de um escriturário do do sector financeiro (Lisboa). O despedimento do técnico (por alegada desobediência a ordens superiores), foi motivo para a entrada em greve total dos cerca de 80 trabalhadores químicos dos Lubrificantes, a qual dura há precisamente um mês (iniciou-se em 13 de Maio) e tem como objectivo a anulação do processo disciplinar. Um dos instrumentos de que o Concelho de Gerência se está a servir é um "Regulamento Disciplinar" por si imposto, que dá abertura a que se despeça um trabalhador por motivo insignificante e que é já conhecido na empresa como "R.D.M."

A compreensão das intenções do Conselho de Gerência é um factor para que os trabalhadores se disponham a endurecer a luta, e é assim que o sector de expedição de carros tanques da Refinaria do Porto decidiu paralisar nos dias 12, 13, 14, a que se seguirá paralização de toda a frota de carros tanques da Refinaria, se o Concelho de Gerência insistir em não dialogar com a Organização de Trabalhadores e a estrutura sindical da empresa.

Numa altura em que em muitas empresas (sejam nacionalizadas como a Transtejo ou privadas como a Diogo d'Ávila) se procura desactivar a capacidade de resistência dos trabalhadores, a luta da Petrogal é um exemplo a merecer atenção, divulgação e apoio.

Movimento Sindical

BALANÇO E PERSPECTIVAS

Sindicato da Indústria Alimentar dos Carbonos do Sul a partir do Sindicato de Panificação de Lisboa, constituição do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul a partir do Sindicato dos Electricistas, etc.).

Todos estes processos de fusão e verticalização, na sua maior parte necessários e úteis, não contaram no entanto com o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, acabando por servir ao fortalecimento das posições reformistas.

Neste sentido todos os processos de fusão e verticalização que põe em causa essas características têm sido travados pelo PCP (caso do sector têxtil do Norte).

2. O AVANÇO DAS MANOBRAS CISIONISTAS

O falhanço da manobra da "carta-aberta" não representa o falhanço ou a paragem das manobras cisionistas. Com menor espalhafato elas prosseguem.

Operou-se, sim, uma clarificação em tomo de dois novos instrumentos para a cisão: 1) a CDT — Central paralela formada a partir do representante em Portugal da CISL (Central Sindical Mundial ao serviço do Capitalismo de influência social-democrata e liberal), isto é, do Centro de Estudos Sindicais que reúne sectores do PS/PPD e elementos do MSD ("Aliança" já presente na FDT). 2. A anunciada tentativa de transformação do "Madisca" numa segunda central paralela, a UDTP, por iniciativa do que resta do PS/Gonella na "Carta-Aberta", isto é, a Direcção dos Seguros do Sul. Esta União Democrática dos Trabalhadores Portugueses tem uns estatutos decalcados da UGT (Central controlada pelo PSOE em Espanha).

Esta clarificação corresponde a uma eventual maior eficácia das manobras cisionistas que contam com apoios políticos e económicos variados, íntima e externamente, dos quais merece referência quer a futura aprovação duma nova Lei Sindical na Assembleia da República, quer o conjunto de movimentos de carácter "Presidencialista" que também passam pela arremimentação de força sindical.

Como elemento marginal desta clarificação fica também a "formação" do SGGT — Sindicato Geral dos Trabalhadores Portugueses pelo PCP-ML sem outra expressão que não seja a de monoteoricamente, se desligar dos seus companheiros do PPD, PS e CDS.

Neste campo da luta contra a cisão sindical a luta dos revolucionários tem que abranger, necessariamente, o combate firme contra as várias ten-

tativas que o PCP já fez para criar e manter estruturas paralelas ao movimento sindical (caso de assembleias paralelas nos processos de confronto com direcções da "carta-aberta", caso do CAMSI — Comité de Apoio ao Movimento Sindical nas Ilhas — uma espécie de União paralela constituída pelos sindicatos com delegações nos Açores e Madeira).

3. AS ELEIÇÕES SINDICAIS MAIS RECENTES

As eleições sindicais em 1977 e 1978 são um bom indicativo da evolução do movimento sindical.

Em 1977 em 111 eleições sindicais as listas apoiantes da CGTP-IN venceram em 86, isto é, 78% dos sindicatos representando 562 mil trabalha-

dores (82%), enquanto que as listas que não se definiam por apoio à CGTP-IN venceram em 25, isto é 22% dos sindicatos representando 123 mil trabalhadores (18%).

Estes resultados exprimem uma enorme progressão das listas apoiantes da CGTP-IN (com importantes vitórias no Comércio de Lisboa, nos Metalúrgicos de Aveiro, na Função Pública da Zona Sul, etc.) onde as listas não apoiantes da CGTP-IN venceram (sindicatos de maior dimensão, a média sobe de 4.800 para 16.000 trabalhadores).

Neste período (1º trimestre de 1978) confirma-se a explosão da participação eleitoral que sobe para 45%, sobretudo à custa de Lisboa onde sobe de 42% para 53%, já que dá uma nítida descida no centro e norte (Porto, Braga, Bragança) onde precisamente as listas não apoiantes da CGTP-IN obtêm os mais elevados níveis de vitória (Porto 28%, Braga 33%, Bragança 100%).

Do ponto de vista partidário estas eleições fomentam as seguintes indicações:

Reforço das posições do PCP baseado na tática das listas pretensamente unitárias servida em muitos casos por forças que desempenham posições de "ramalhete".

Progressiva implantação do PPD nos sindicatos à custa do PS, o que o transformou na principal força de cisão, controlando inteiramente as direcções sindicais dum sub-sector bancários.

Primeiros passos do CDS em eleições do sector de serviços tendo como caso mais significativo a votação obtida na lis-

ta de tendência dos bancários do sul (mais mil votos que a lista MES/UEDS/UDP e quase tanto como a lista hegemónizada pelo PS).

Progressiva, mas ainda insuficiente, adaptação da corrente sindical revolucionária à importância da participação nos processos eleitorais sindicais, expressa nos processos dos metalúrgicos de Aveiro, Escritórios de Aveiro, Electricistas do Centro, Comércio de Lisboa, Trabalhadores na Imprensa, Electricistas do Sul, Bancários do Sul, Químicos do Norte, Comércio e Serviços Viana do Castelo, Professores da Grande Lisboa, Professores da zona Sul, Comércio e Serviços de Santarém, Agrícolas de Beja, Telecomunicações, onde existiu uma activa participação do MES. Como fruto dessa



participação aumentou o número de dirigentes sindicais revolucionários nomeadamente nos electricistas do centro, telecomunicações, professores da grande Lisboa, escritórios e comércio de Viana, Sapateiros de Aveiro, químicos do norte, comércio de Lisboa, bem como nas União Sindicais Distritais de Viana, Porto, Braga, Lisboa e Faro.

Presença largamente minoritária da UDP apresentando listas próprias em número significativo de sindicatos operários.

Inflexão tática do PCP já em 1978 optando por entrar apenas em listas que controle totalmente, expressa não só no processo dos bancários do Sul e dos Escritórios de Aveiro (em que argumento "não à UDP" foi o mais utilizado) mas também em processos como o dos lanifícios de Castelo Branco em que esta inflexão ultra-sectária levou ao afastamento da sua órbita de dirigentes sindicais importantes, alguns deles membros de autarquias eleitos pela FEPU.

O processo de eleições sindicais ficará completado este ano com a realização de cerca de 150 eleições. Dentro destas assumem especial importância as que atingem o sector têxtil, e cujo resultado é de grande importância para o trabalho sindical e político no avanço da Corrente Sindical Revolucionária, cuja força ficou bem patente no recente Congresso da Covilhã.

ELEIÇÕES	ANTES	DEPOIS
1. Direcções apoiantes da CGTP-IN	56	86
2. Direcções não apoiantes da CGTP-IN	55	25

Argentina

"VIDELA AL PAREDON!"

A ditadura militar gorila do general Videla investiu 700 milhões de dólares na operação MUNDIAL-78, destinado a dar ao Mundo uma nova imagem da Argentina.

Um grande desafio foi lançado aos revolucionários argentinos e aos antifascistas de todo o mundo solidários com a luta do povo argentino pela democracia. Ainda o "match" não terminou e pode-se já afirmar com segurança: a ofensiva fascista esbarrou numa sólida defesa democrática e está assustada com a punição do contra-ataque revolucionário. O campeonato mundial de futebol teve o grande mérito de trazer a Argentina para o primeiro plano das atenções mundiais. Não são apenas os milhões de telespectadores, mas também milhares de artigos nos jornais, programas radiofónicos, mesas-redondas, entrevistas, debates, sessões de esclarecimento, etc...

Nem o mais reaccionário

protótipo do desporto para consumo e alienação das massas conseguirá hoje em dia deixar de discutir política por causa do MUNDIAL-78.

Da Suécia ao Brasil, da França ao México, da Itália ao Irão, da Holanda à Tunísia, etc, etc, os democratas e os antifascistas lançaram inúmeras campanhas de denúncia da ditadura militar fascista e dos assassinatos, raptos e torturas com que todos os dias oprime sanguinariamente os trabalhadores e o povo da Argentina.

Em Portugal, esta campanha, na qual o MES está empenhado com diversas outras organizações, não deve ser apenas uma denúncia moral das barbaridades fascistas, condenadas inclusive por personalidades burguesas, imperialistas e sociais democratas.

Mas se não estranhemos as lágrimas de crocodilo do presidente Carter, muitos se interrogam sobre o significado do silêncio do PCP e da UEC.

Acontece que o PCA (Partido Comunista da Argentina) descobriu contradições na Junta Militar e na burguesia que a apoia. E se é certo que existem contradições, respeitantes à forma de regime que melhor defenda os interesses da classe da burguesia, intimamente associada ao imperialismo, só o PCA consegue distinguir entre os militares fascistas e o "nacionalista e patriótico" general Videla. Este "antifascista" respondia aos jornalistas que lhe perguntavam a razão do terror existente na Argentina: "Trata-se de uma guerra, que é um acontecimento tremendo. Nela existem os sobreviventes, os feridos, os mutilados, os mortos e às vezes, os desaparecidos".

Os partidos políticos estão proibidos na Argentina. E, sintomaticamente, enquanto o ERP e os MONTONEROS são abatidos a tiro e até é preso Ricardo Balbin, presidente do

Partido Radical (oposição burguesa) o PCA é tolerado pelo Poder, em troca do "apoio crítico" a Videla.

O silêncio do PCP e da UEC é objectivamente cumprido e demonstra a completa subserviência aos interesses da URSS que, a exemplo da China para Pinochet, mantém uma das mais ferozes ditaduras da América Latina.

Em Portugal, esta campanha deve constituir também um exemplo de solidariedade activa às organizações revolucionárias argentinas que, sob duríssimas condições, encabeçam a luta do povo argentino contra o Fascismo e o Imperialismo.

Cada um dos telespectadores do Mundial-78, deve ser um arauto da Argentina real.

A palavra de ordem lançada pelos MONTONEROS é: ARGENTINA CAMPEON, VIDELA AL PAREDON!

Apenas é legítimo que cada revolucionário prefira outro campeão...



COMUNICADO CONJUNTO MES/MC

Nos dias 20 e 21 de Maio de 1978, reuniram-se em Lisboa delegações do Comité Central do Movimento de Esquerda Socialista (MES) e do Comité-Federal do Movimento Comunista (MC), esta última chefiada pelo seu secretário-geral Eugénio do Rio.

Cumprindo uma intensa ordem de trabalhos, integrando nomeadamente informação e debate sobre política organizativa e política sindical, as delegações do MES e do MC procederam a análise da situação política em Portugal e em Espanha, no quadro da situação política internacional.

As delegações do MES e do MC reafirmaram a identidade de pontos de vista dos dois partidos sobre tarefas e responsabilidades que respectivamente lhes cabem na luta do povo português e dos povos do Estado espanhol pela democracia, pelo poder dos trabalhadores e pelo socialismo.

O MES e o MC renovam a sua solidariedade internacionalista aos povos de todo o mundo na luta contra o imperialismo, particularmente às lutas conduzidas pela Frente Polisario e pela Fretilin, e manifestam o seu inteiro apoio aos apelos dirigidos à ONU e OUA pelo secretário-geral da F. Polisario, Mohamed Abdelaziz, no sentido de tomadas de posição condenatórias da intervenção francesa no Sahara.

Os dois partidos condenam a intervenção imperialista no conflito do Shaba e a colaboração das autoridades portuguesas, permitindo a utilização da base de Porto Santo.

As delegações do MES e do MC debruçaram-se sobre as implicações da previsível integração de Portugal e Espanha na CEE e denunciam a crescente dependência face ao imperialismo, particularmente expressa pelas ingerências da NATO e do FMI.

O MES e o MC condenam a crescente degradação da democracia em diversos países da Europa Ocidental. O aumento da repressão sob variadas formas, as contínuas restrições às liberdades democráticas e a entrada em vigor de leis anti-terroristas, destinadas a combater as lutas populares e não só algumas actividades minoritárias, são um sinal de alarme para todas as forças autenticamente democráticas.

Para combater esta situação são necessárias amplas mobilizações populares, inclusive aquelas que se desenvolvam em torno da utilização revolucionária das instituições próprias da democracia burguesa. As acções violentas de pequenos grupos separados das massas — como as chamadas Brigadas Vermelhas, em Itália — fortalecem objectivamente as tendências autoritárias e fascistas.

O MES e o MC, em face dos recentes acontecimentos nas Ilhas Atlânticas denunciam as pretensões imperialistas sobre os Açores, Madeira e Canárias.

Neste contexto, os dois partidos, defendendo a autonomia dos Açores e da Madeira, consideram estes territórios parte integrante de Portugal e denunciam as manobras separatistas como servindo os interesses do imperialismo.

Por outro lado, os dois partidos apoiam a luta do povo das Canárias pela autonomia e pela autodeterminação, considerando ao mesmo tempo que, na actual situação, a independência do País Canário favorecia o seu controlo pelo imperialismo.

Finalmente, na sequência do desenvolvimento das estreitas relações entre os dois partidos, o MES e o MC realizardo novo encontro em Outubro de 1978 em Madrid. Desta forma, os nossos dois partidos visam contribuir para o fortalecimento dos laços de amizade entre os povos irmãos da Península e para o aprofundamento da solidariedade internacionalista entre os revolucionários na luta comum contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo, pela defesa da democracia e pelo triunfo da Revolução Socialista.

O COMITÉ CENTRAL DO MES
O COMITÉ CENTRAL DO MC

NOTA DA REDACÇÃO:

Por manifesta falta de espaço só, neste número, publicamos o importante comunicado conjunto saído da reunião de 20 e 21 de Maio entre as direcções do MES e do MC, que já tínhamos referenciado no último "Poder Popular".

Dos Pais de M.R.Santucho, fundador do ERP, assassinado em 1976:

DENÚNCIA IMPRESSIONANTE

Francisco R. Santucho, argentino, de oitenta anos de idade, e Manuela Juárez Santucho de 65 anos, diante dos crimes e perseguições que sofre a nossa família, e tendo-se esgotado todos os recursos legais e institucionais que interpusemos no nosso país, recorremos aos Organismos Internacionais de Solidariedade para denunciar a dramática situação que sofremos.

O nosso próprio caso não seria suficiente para realizar este apelo, se o mesmo não fosse o reflexo da situação que sofre o conjunto de famílias argentinas. Nosso desejo é contribuir para que se ponha fim ao estermínio indiscriminado de milhares de pessoas.

O nosso filho mais velho, Amílcar Latino Santucho, advogado, encontra-se preso desde o mês de Abril de 1975 na cidade de Asunción, República do Paraguai. Nesta data tentou sair do país, forçado pelas constantes ameaças de morte dos bandos paramilitares. Foi preso na fronteira por autoridades paraguaias. Não foi acusado de nenhum crime, não tem causa judicial, e nem há processo.

O nosso filho Francisco René Santucho, escritor largamente conhecido nos círculos literários, membro da Sociedade Argentina de Escritores (SADE), fundador da revista "Dimensión", foi sequestrado no mês de Abril de 1975 pelos tristemente conhecidos grupos paramilitares "Triple A". Pai de três filhos de pequena idade "desapareceu" e nunca mais tivemos notícias do seu paradeiro. Pode estar morto ou sofrido horribes torturas nalgum campo

de concentração militar.

O nosso filho Oscar Adrúbal Santucho, pai de quatro filhas pequenas, Fiscal de Contas, foi assassinado na província de Tucumán no dia 8 de Outubro de 1975.



O nosso filho, Carlos Hiba. Santucho, pai de uma filha, Fiscal de Contas, foi preso no seu trabalho.

No mesmo dia 13 de Julho de 1976, foi presa no seu domicílio a nossa filha Manuela Eimina del Rosario Santucho, advogada, casada, mãe de um filho pequeno. Tinha o seu escritório jurídico com o irmão Amílcar na capital Federal. Sofreu constantes ameaças de morte. Com ela prenderam também a nossa nora, Cristina Silvia Navajas de Santucho, socióloga, mãe de dois filhos.

Mas a perseguição não se restringe a nossos filhos, pois tam-

bém alcança, embora pareça incrível, os nossos netos. Graciela Noemi Santucho, de 18 anos de idade, foi presa no mês de Abril de 1975, no mesmo mês em que prenderam seu pai Amílcar. Não há acusação penal, aplicaram-lhe a lei anti-subversiva, lei de excessão que trás em si um longo processo, sem nunca haver sentença.

A nossa neta, Maria del Valle Santucho de 26 anos de idade, desaparecida em 19 de Dezembro de 1975, foi presa pelas autoridades policiais. Dias depois, a casa da nossa filha, Blan-

ca Rina Santucho foi invadida e dali foi levada Maria del Valle, cruelmente torturada, em estado semi-inconsciente, envolta em trapos, manietada e quase irreconhecível.

Os nossos netos menores de idade, também foram vítimas da repressão: no dia 8 de Dezembro de 1975, foram presas durante uma festinha infantil, Maria Ofélia, Maria Susana, Maria Silvia e Maria Emilia de 15, 14, 12 e 10 anos respectivamente, filhas de Oscar Adrúbal, assassinado em Tucumán. Com eles também foram presos Ana Cristina, Marcela, Eva e Gabriela Inés, de 14,

13 e 12 anos respectivamente e Mario, de 9 meses, os quatro filhos de Mario Roberto Santucho. Por força da pressão pública nacional e internacional foram libertados, depois de permanecerem em cativeiro num quartel militar, algemados e com os olhos vendados. Segundo testemunhas, os nossos netos foram presos com a nossa nora, Ofélia Ruiz de Santucho, durante uma acção militar de características impressionantes. Depois da "operação" e segundo o hábito, levaram em câmbio todos os haveres da casa, inclusive os móveis.

A que se deve esta incrível perseguição à nossa família? Deve-se à incansável luta que tiveram os nossos filhos por ideais democráticos e justos e por mudanças sociais no nosso país.

Deixamos este testemunho em vossas mãos, para que este solidário organismo continue seus esforços para que na nossa Pátria termine a tortura, a perseguição, a prisão injusta, para que publiquem a lista dos presos, se aplique a lei de opção anulada por decreto, desapareçam os campos de concentração e terminem os fuzilamentos, para que seja anulada a pena de morte, para que termine a perseguição e o terror.

Queremos saber onde estão presos os nossos filhos e que não sabemos se estão vivos ou mortos. Pedimos tratamento humano para todos os presos que estão sepultados vivos como nas catacumbas.

Saudamos-vos com o maior afecto e esperança.

Francisco R. Santucho
Manuela J. de Santucho

SITUAÇÃO MILITAR

DIREITA PREPARA JULGAMENTO DO 25 DE ABRIL

Circula na Armada um extenso documento intitulado "Processo de passagem à reserva de praças dos quadros permanentes da Armada" datado de Maio passado, em que se denuncia a perseguição que, também neste ramo, se processa contra os que, ao longo do processo revolucionário, lutaram pela defesa e aprofundamento das conquistas populares.

Deste documento transcrevem-se algumas passagens: "A partir de 1976 começaram a ser chamados à segunda Repartição da Direcção do Pessoal (D.S.P.) da Armada algumas praças que, reunindo as condições previstas no Estatuto dos Sargentos e Praças da Armada (E.S.P.A. - Decreto nº 44844 de 18 FE63) para a sua recondução, eram ali informadas que lhes seria dada baixa do serviço efectivo quando atingissem o termo daquele período, aviso este que passou a ser feito com três meses de antecedência.

Perante a perplexidade destes profissionais, apanhados de surpresa por uma medida que, de forma tão brusca e imprevista, lhes interrompia uma carreira em muitos dos casos considerada brilhante, de tantos anos de serviço (em muitos dos casos superiores a 15 anos, havendo-os de 20 a 25 anos), era-lhes dito sumariamente que "tinham feito política partidária" ou ainda que "a sua actividade no Centro de Dinamização e Esclareci-

mento da Armada, criado por Despacho da CEMA nº 46/75 de 21 de Abril de 75 (OAL 19/23 de Abril de 75) e na Comissão Dinamizadora do Associativismo das Praças tinha sido destabilizadora". De facto, cedo se concluiu que os atingidos por esta medida de excepção eram praças que haviam sido eleitas para aqueles organismos e legalmente tinham exercido funções consideradas destabilizadoras pela Administração da Armada.

Não podendo deixar de reagir a tamanha injustiça, os saneados foram recorrendo a todas as instâncias, desde a sua hierarquia mais próxima até ao Chefe do Estado-Maior da Armada (C.E.M.A.), e depois ao Supremo Tribunal Administrativo e ao Conselho da Revolução. Hoje já este processo reúne volumosa e esclarecedora documentação, a qual permite que seja feita uma análise séria e detalhada dos factos, para melhor infamação geral.

Até ao momento, os atingidos por estas medidas ainda não atingiram as duas dezenas, sabendo-se no entanto que muitos outros virão a ser afastados quando chegar o termo do seu actual período de recondução".

Denuncia seguidamente o documento o mecanismo utilizado pela hierarquia e a sua flagrante ilegitimidade.

Os militares atingidos pelas medidas de saneamento dirigiram-se ao Conselho da Re-

volução. Segundo o documento que temos vindo a referir:

"Até ao momento, aquele órgão de soberania ainda não se pronunciou".

A maneira de conclusão é ali afirmado que "A Armada reage geralmente muito mal quando a sua hierarquia recorre a processos pouco claros e rebuscados para levar a cabo os seus intuitos, sobretudo quando estes afectam o seu já tão abalado espírito de corpo. Estes, de facto, assentam numa ética que não pode ser ignorada, e que hoje muitos consideram, relativamente a este processo espezinhada.

Não é assim, por certo, que se irão constituir uma Forças Armadas livres de opressão e dos atavismos do passado fascistas; não é assim que construiremos a democracia, não é assim que levaremos a Constituição à prática".

No seguimento do "Processo dos Comandos", a que já aqui fizemos referência no último número, além de continuarem presos o Capitão Patrocínio, o Alferes Pires e o Furiel Barão, foram também enviados para a Prisão da Trafaria os Furiéis Rodrigues e Damas prevendo-se que mais prisões venham a ser efectuadas.

Foi também preso o ex-militar do Ralis Alferes Jorge Ferreira, sem que lhe tenha sido comunicado o motivo da

os acontecimentos de 10 de Junho

Na passada sexta-feira, em Lisboa e no Porto, foram distribuídos muitos milhares de panfletos negros, assinados por uma organização dita "nacionalista".

Animados - ao que diziam - pela vitória que para eles representou o regresso do 10 de Junho a dia da Pátria. Animados, por certo, com muitas outras vitórias como sejam o

seu prisão calcula-se que a mesma estará relacionada com o papel que desempenhou na contensão do golpe fascista do 11 de Março.

Para além de tudo isto circula em meios militares a informação que vai continuar a actual ofensiva da hierarquia reaccionária contra militares e ex-militares que ao longo do processo se distinguiram pelas suas posições progressistas. Sabe-se que irão ser passados cerca de 70 mandatos de captura contra militares e ex-militares de várias unidades.

Criadas as condições que julga suficientes, a hierarquia militar, cedendo às pressões da direita fascista, inicia desta forma um processo reaccionário de graves consequências. Se a escalada continua, se os sectores democráticos das Forças Armadas a isso não se opuserem firmemente, dentro de pouco teremos o julgamento do 25 de Abril e dos seus autores.

anúncio da possibilidade do regresso do Tomás, a libertação de Pides e bombistas os processos instaurados a militares de Abril, animados com estas e muitas outras vitórias, os fascistas propunham-se celebrar "patriótica e vitoriosamente" o 10 de Junho. Assim convocaram manifestações para as Praças de Camões em Lisboa e D. João I no Porto.

Apesar de a Constituição proibir as "organizações que defendem e propagandeam a ideologia fascista", apesar dos recentes arrazoados anti-fascistas de Soares na Assembleia da República, o Ministro das Polícias, através dos respectivos governos civis, houve por bem autorizar as ditas manifestações. E assim lá estavam os "choques" a proteger os provocadores de extrema-direita para que, com liberdade e segurança pudessem desfilar, brasta erguido em saudação fascista, entoando "não à repressão democrática", "julgamento para os responsáveis pela entrega do Ultramar", etc. etc.

No Porto, nem o facto de os manifestantes terem apedrejado uma sede do PS e as instalações do "Jornal de Notícias" fez com que a polícia interviesse. Eles não estavam ali para isso... mas apenas para reprimir os antifascistas!

Em Lisboa, foram mais longe no seu "zelo". Apesar de

serem os fascistas quem tinham armas que exibiam e utilizavam abriam fogo sobre os populares! O balanço foi de um morto e cinco feridos. Como podia ter sido ainda pior.

E a actuação arbitrária não fica por aqui! No dia seguinte polícias fardados (!) arrancavam das paredes os cartazes que noticiavam a morte do José Jorge e convocavam para o seu funeral! Activistas que distribuíam comunicados do mesmo teor eram detidos!

Tudo à "velha maneira", apesar de tanto se dizer que "vivemos em ordem constitucional". De novo o arbitrio e a violência, para tentar impôr a "ordem" deles, a ordem do terror e do medo.

DEMONSTRAÇÃO SERENA MAS FIRME

Na terça-feira realizou-se o funeral do José Jorge. Pelas 13 horas alguns milhares de pessoas dirigiram-se da Praça de Londres ao cemitério do Alto de S. João, a pé e em silêncio acompanhando na sua última marcha aquele que fica sendo uma das mais numerosas (!) vítimas da nossa ordem "democrática e constitucional".

Foi uma sentida homenagem, e uma demonstração serena mas firme de que estamos dispostos à luta e aos sacrifícios que forem necessários para que nunca mais o fascismo mande na nossa terra.

T.C.H.D. O POVO EXECUTARÁ A SENTENÇA

"Julgar a Pide, condenar o fascismo, foi o objectivo que congregou à sua volta uma firme e combativa unidade de acção. Ficou claro e indelmente demonstrado aquilo que, atingidos no nosso espírito e na nossa carne, sabíamos de há muito: em Portugal, o fascismo existiu! Para atingir o nosso propósito, necessitamos "apenas" de desvendar metódica e exaustivamente alguns dos crimes do seu instrumento preferencial: a PIDE. Levantada a panta do véu, é o espectáculo de quase 50 anos de repressão sistemática e generalizada que se nos depara. Em nome da "civilização ocidental e crista", a barbárie institucionalizada actuou impunemente".

Estas são palavras do Apelo que o Tribunal Cívico Humberto Delgado formulou no termo da primeira sessão pública do julgamento da Pide e do fascismo. Palavras cujo sentido a sessão final realizada em 10 de Junho confirmou, pela condenação do fascismo e seus agentes, "por terem cometido de forma sistemática e continuada, crimes contra a humanidade, contra a paz, crimes de guerra, crimes de genocídio, crimes contra as liberdades civis e os direitos políticos e, em geral, crimes contra os direitos económicos, sociais e culturais dos povos".

Milhares de anti-fascistas encheram a Voz do Operário para escutar os últimos testemunhos presentes ao Tribunal e a decisão final do júri de 21 membros, presidido por Ruy Luís Gomes. A sessão

foi aberta, por M. Tito de Moira, vice-presidente da Assembleia da República, seguindo-se intervenções de Manuel Lopes, membro dos Secretariados da Federação dos Sindicatos Têxteis e da CG

TP-IN, Luis Moita, do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), Maria António Ribeiro Santos, mãe do estudante Ribeiro Santos, assassinado pela Pide, Augusto Boal, dramaturgo brasileiro exilado e naturalizado cidadão português, e anti-fascistas de diversos países europeus, que leram mensagens de apoio ao TCHD.

Particularmente significativos foram os testemunhos de Manuel Lopes e Luis Moita, empenhados em demonstrar que a acção repressiva da Pide não atingia apenas os democratas sobre os quais individualmente se exercia, mas era um poderoso meio para atemorizar todos os que pudessem vir a optar pela luta anti-fascista e para impôr a passividade à maioria do povo. Manuel Lopes recordou a acção da Pide nas empresas e contra o desenvolvimento do movimento sindical, no que era a mais próxima e eficaz colaboradora do Ministério das Corporações. E evocou a batalha pela consolidação da In-

tersindical, desde 1970, como um exemplo de persistente militância contra o medo e a passividade que a Pide estimulava.

Quanto a Luis Moita, rejeitou a falsa ideia - que aqueles que absolvem o fascismo



têm interesse em ver espalhada - de que a Pide seria um "Estado dentro do estado", e de que a sua acção criminosa escaparia ao controle dos órgãos do poder. Na verdade, nas palavras do impulsor do CIDAC, a Pide foi "uma polícia que praticava a repressão política ao serviço do regime", o que significava que

tanto era responsável pela repressão o torturador "como o ministro que friamente dava ordens no seu gabinete". E terminou, fazendo a ligação entre a repressão policial aos democratas portugueses e a opressão colonial dos povos africanos de Angola, Moçambique e Guiné-Cabo-Verde, para realçar o carácter da Pide como instrumento do colonial-fascismo, e destacar simultaneamente o papel da solidariedade entre os militantes portugueses e africanos na conquista da liberdade política.

O carácter do TCHD, como tribunal de opinião democrática, foi salientado por alguns dos anti-fascistas presentes, um dos quais, Louis Joinet - membro do Tribunal Russell e da Comissão Justiça e Paz do Vaticano e fundador do Sindicato dos Magistrados franceses - diria: "Quando os magistrados, que devem administrar a justiça em nome do povo, não respondem às aspirações de justiça do povo, justifica-se plenamente a criação de tribunais de opinião pública. O que significa que a legitimidade do Tribunal Cívico Humberto Delgado é a consequência directa da demissão da justiça oficial". E acrescentaria: "Quando a Pi-

de for condenada - democraticamente, pois não nos movem processos de vingança - a justiça oficial terá recuperado a sua dignidade".

Na verdade, o TCHD visou preencher o espaço que os órgãos de poder, a magistratura e a justiça oficial persistentemente têm recusado ocupar, absolvendo pides e estimulando o regresso de fascistas à vida pública.

O amplo consenso que esta notável realização recolheu entre as mais diversas correntes e personalidades anti-fascistas e no movimento popular demonstra amplamente que correspondeu a uma necessidade da consciência progressista.

A Pide e o fascismo foram inequivocamente condenados. Colocando a execução da sentença nas mãos do povo português, o Tribunal Cívico Humberto Delgado sabe que - palavras da decisão final do júri, lidas por Ruy Luís Gomes - o povo "a saberá assumir com rigor e determinação, libertando, assim, pelas suas próprias mãos, o futuro das gerações vindouras do flagelo do fascismo, que deverá ficar banido, para todo o sempre, da nossa terra".